



PUBLICADO (A) NA SESSÃO DE

22/10/10

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 1837-81.2010.6.02.0000 – Classe 42

ACÓRDÃO Nº 7.547
(20/10/2010)

Recurso Eleitoral na Representação nº 1837-81.2010.6.02.0000 – Classe 42

Representante: Ministério Público Eleitoral

Representado: Marcos Antônio de Oliveira Barbosa

Advogado: Marcelo Henrique Brabo Magalhães e outros

Relator: Juiz Sebastião José Vasques de Moraes

EMENTA: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. PROPAGANDA. INTERNET. DIA DO PLEITO. PROIBIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. A lei eleitoral permite a permanência de páginas de candidatos na rede mundial de computadores no dia da eleição, não se sujeitando essa modalidade de propaganda às proibições incidentes sobre as demais.
2. Recurso conhecido e improvido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Maceió, 20 de outubro de 2010.


Des. Estácio Luiz Gama de Lima – Presidente


Juiz Sebastião José Vasques de Moraes – Relator

Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva – Procurador Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 1837-81.2010.6.02.0000 – Classe 42

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral em sede de Representação (fls. 33/37), interposto pelo **Ministério Público Eleitoral** em face de **Marcos Antônio de Oliveira Barbosa**, Deputado Estadual eleito, que visa à reforma da decisão monocrática definitiva de fls. 29/30.

A representação em tela visa à condenação do representado ao pagamento da multa consignada no art. 39, § 5º, da Lei nº 9.504/97, em face da veiculação de seu website (marcosbarbosa23000.com.br) no dia do pleito eleitoral, que considera violadora de disposição expressa da Lei nº 9.504/97, que veda realização de qualquer propaganda no dia da eleição (art. 39, § 5º, III).

Devidamente notificado, o representado apresentou contrárrazões (fls. 42/47), nas quais refuta a tese ministerial, afirmando ser regular sua conduta.

É, no essencial, o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 1837-81.2010.6.02.0000 – Classe 42

VOTO

No mérito, mantenho o mesmo posicionamento que cimentou a prolação da sentença respectiva.

Ciente de que as limitações impostas à veiculação de conteúdo propagandístico referente ao período eleitoral não afetam o direito à informação e à livre manifestação do pensamento, constitucionalmente garantidos, máxime por não estabelecerem controle prévio sobre a matéria a ser veiculada, entendo que, *in casu*, não restou caracterizada a relevância da fundamentação.

E penso assim, simplesmente, porque a legislação de regência é clara ao abordar o assunto: a propaganda eleitoral na internet se submete a regramento próprio, e nele não se insere qualquer tipo de proibição à veiculação de propaganda eleitoral gratuita na internet, *ex vi* do que dispõem os arts. 7º, da Lei nº 12.034/2009, e 82, da Resolução TSE nº 23.191/09. *Verbis*:

Art. 7º Não se aplica a vedação constante do parágrafo único do art. 240 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, à propaganda eleitoral veiculada gratuitamente na internet, no sítio eleitoral, blog, sítio interativo ou social, ou outros meios eletrônicos de comunicação do candidato, ou no sítio do partido ou coligação, nas formas previstas no art. 57-B da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 82. Não se aplica a vedação constante do parágrafo único do art. 240 do Código Eleitoral à propaganda eleitoral veiculada gratuitamente na internet, no sítio eleitoral, blog, sítio interativo ou social, ou outros meios eletrônicos de comunicação do candidato, ou no sítio do partido ou coligação, nas formas previstas no art. 57-B da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 12.034/2009, art. 7º).

O que se vê do cotejo entre o fato bruto e a norma de regência é que o representado agiu dentro da álea que lhe cabia pela dicção legal, e não pode ser penalizado por isso.

Ante o exposto, conheço o presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, preservando a decisão singular adotada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 1837-81.2010.6.02.0000 – Classe 42

Pelo que, transitada em julgado esta decisão, ao arquivo, mediante baixa, certificando-se.

Se houver recurso especial, que seja processado de acordo com a lei e o regulamento pertinente (Código de Processo Civil c/c Resolução TSE nº 23.193).

É como voto.

Maceió, 20 de outubro de 2010.

SEBASTIÃO JOSÉ VASQUES DE MORAES
Juiz Substituto do TRE-AL e Auxiliar da Propaganda





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS**

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 7547, de 20/10/2010, foi conferido e publicado na 102ª Sessão, realizada na mesma data. Eu, Robsonel, lavrei a presente certidão, em Maceió, em 20/10/2010, que vai assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários.

Coordenadora de Acompanhamento e
Registros Plenários



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Recurso na Representação Nº 1837-81.2010.6.02.0000 - Prot. 18.741/2010

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 20/10/2010 (SESSÃO Nº 102/2010)

RELATOR(A): JUIZ SEBASTIÃO JOSÉ VASQUES DE MORAES

PRESIDENTE DA SESSÃO: Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA

PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

SECRETÁRIO: JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO

AUTUAÇÃO

RECORRENTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO
RECORRIDO(S) : MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA BARBOSA
ADVOGADOS : Marcelo Henrique Brabo Magalhães e Outros

DECISÃO

Acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. (Acórdão nº 7547 de 20.10.2010).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO, Drs. SEBASTIÃO JOSÉ VASQUES DE MORAES, ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, ANTÔNIO CARLOS FREITAS MELRO DE GOUVEIA e LUCIANO GUIMARÃES MATA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 20 de outubro de 2010.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários